TEXTO PARA DISCUSSÃO – VI ENCONTRO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Perfil dos Egressos e sua Relação com a Gestão Educacional

João Alfredo da Silva

Resumo

Segundo a lei de diretrizes e bases, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Na educação superior, este conceito é reforçado pela lei que implantou o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que dentre os indicadores levantados, busca identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da instituição. O profissional (egresso) deve conhecer a teoria, ter senso crítico, saber trabalhar em grupo e, acima de tudo, ter consciência de que é um transformador dessa realidade. Portanto, a observação da trajetória dos mesmos serve como fonte de informações gerenciais, possibilitando a tomada de decisões sobre o planejamento do curso, buscando atender as necessidades dos órgãos de registro profissional (Exame) e do mercado de trabalho. À medida que não existe uma sistemática consolidada de acompanhamento dos egressos, não existem meios de quantificar se as IES (Instituições de Ensino Superior) cumprem bem o seu papel de prepara-los, seja para os exames de suficiência ou para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Egressos; Avaliação; Instituições de Ensino Superior; Políticas Educacionais; Gestão de Egresso; Exame de Suficiência.

1 Contextualização

O perfil do contador revela o conjunto de habilidades, competências e maneiras de agir e atuar do profissional, o que tem mudado muito nos últimos anos, trazendo inovação no formato do trabalho e principalmente no uso de ferramentas de tecnologia da informação.

Agrega-se a estas mudanças, uma descrença do setor produtivo com relação a Instituições de Ensino Superior (IES) por possuírem uma grade muito teórica, tendo as mesmas que treinar os profissionais recém-formados para atuarem em seus estabelecimentos.

O elo entre a IES e o mercado de trabalho é justamente o egresso, mais maduro e detentor das informações adquiridas na IES e as exigidas pelo mercado, podendo analisar o que precisa mudar na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, adaptando conforme as características regionais.

Apesar da importância demonstrada no estudo dos egressos e da possibilidade de retornos para o processo educacional são poucos os estudos com esta finalidade.

Outro fator importante é a participação destes egressos nos exames de suficiência, sejam os elaborados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ou pelos exames internacionais. Quais procedimentos as IES estão utilizando para acompanhar e analisar estes resultados? Este workshop tem como objetivo levantar os projetos de cada IES presente no VI Encontro de Professores de Ciências Contábeis, gerando uma rede de colaboração, buscando entender o perfil dos mesmos.

2 Revisão da Literatura

Nas últimas décadas o ensino superior no Brasil vem passando por diversas transformações, buscando atender as reivindicações sociais por mais oportunidades de matrículas.

Segundo Lousada e Martins (2005), esse cenário de rápidas e importantes transformações na Educação Superior não poderia ter ocorrido sem a participação central da avaliação. Por outro lado, as concepções e práticas de avaliação também se alteram em conformidade com as mudanças de contexto, posto haver relação de mútua implicação entre avaliação e reformas da educação superior.

2.1. Definição de Egresso

A definição do termo egresso apresenta alguma divergência, segundo Pena (2000), alguns estudiosos usam o termo egresso para referir-se exclusivamente ao aluno formado; outros abrangem a denominação a todos os indivíduos que saírem do sistema escolar por diferentes vias, sejam eles ex-alunos: diplomados, por desistência, por transferência ou jubilados.

Neste trabalho, vamos abordar o egresso como o aluno que efetivamente concluiu a grade curricular do curso de graduação e recebeu a titulação de bacharel em ciências contábeis.

2.2. Legislação

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB determina em seus artigos que:

Art. 2º - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

*Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

Art. 43º - A educação superior tem por finalidade: II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

Tomando os artigos por base, Michelan (2009), afirma que o ensino nas IES deve ser ministrado também com enfoque no trabalho, portanto voltado ao mercado de trabalho. Diferente de qualquer ideia que se possa ter sobre uma formação exclusivamente generalista.

Existem procedimentos de avaliação da IES desde 1986. Porém no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Paulo Renato Souza estes procedimentos tomam caráter nacional com a criação do Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a qual foi chamada mais tarde de Avaliação das Condições de Ensino (ACE). Foram emitidas algumas Portarias para a regulamentação e organização da avaliação das IES.

Em 2003, com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação traz uma nova proposta na tentativa de desenvolver uma avaliação formativa e que considerasse as especificidades das IES do país: o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que foi transformada em lei em 2004 (10.861), instituindo o sistema.

Segundo Polidori (2009), o SINAES apresenta três grandes pilares: (1) avaliação institucional; (2) avaliação de cursos e (3) avaliação do desempenho dos estudantes.

Completa Michelan (2009), que o SINAES avalia as IES, identificando o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores,

considerando as diferentes dimensões institucionais, sendo uma a de principal enfoque do presente estudo: Políticas de atendimento aos estudantes.

O processo de avaliação institucional divide-se em duas modalidades:

- **Autoavaliação:** conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação). Cada instituição realizará uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. A autoavaliação articula um autoestudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo.
- **Avaliação Externa:** Essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias. A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

Neste conceito, foi elaborado o Instrumento de Avaliação Externa de Instituição de Educação do SINAES determinando a verificação de políticas de acompanhamento do egresso e programas de educação continuada voltada para os egressos elaborados pelas IES.

Fica evidenciado pela comissão externa o atendimento pleno da política de acompanhamento de egressos, gerando nota máxima para a IES quando: Existem práticas consolidadas e institucionalizadas; Existem indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e ação direcionada; Existem consistências nas práticas; Existe política institucional assumida pelos atores internos e visíveis para a comunidade externa; Existe na IES uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos que contemple; a) Mecanismos para a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; b) Mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos; c) Mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho; d) Mecanismos de utilização das opiniões dos egressos para aperfeiçoamento do processo de formação.

Da mesma forma, fica plenamente evidenciado o atendimento do programa de educação continuada voltada para os egressos quando: Existem práticas consolidadas e institucionalizadas; Existem indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e ação direcionada; Existem consistências nas práticas; Existe política institucional assumida pelos atores internos e visíveis para a comunidade externa; Existem na IES programas voltados para a constante atualização do egresso caracterizada por: a) Realização de seminários e outros eventos congêneres; b) Realização de cursos de curta duração ou de especialização, elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

Portanto, para atender a legislação a IES deve realizar políticas e programas de controle de egressos. O problema está no uso destes dados, servindo na maioria dos casos apenas como um meio de comprovação dos quesitos do SINAES, não tendo nenhum procedimento de gestão para aproveitamento e captação de elementos voltados para melhorias no processo educacional.

2.3. A relação com o mercado de trabalho.

A Universidade desempenha um papel de geradora e disseminadora de conhecimento e sua relação com o setor produtivo deve ser na busca da promoção do desenvolvimento econômico e social. (Lousada e Martins, 2005)

Utilizando a mesma linha de raciocínio, Oro (2009) relata que as Instituições de Ensino Superior (IES) desenvolvem um papel importantíssimo na atualidade, elas têm o objetivo de

instruir e capacitar as pessoas nas mais variadas áreas. É por meio das IES que as pessoas concluem estudos em determinadas áreas específicas, para que possam entrar mais preparadas para o mercado de trabalho. As organizações corporativas são grandes aliadas das universidades, porque os empresários sabem que a possibilidade de crescimento da empresa é bem maior quando se pode contar com profissionais desenvolvendo as atividades e funções com o devido conhecimento, obtendo mais subsídios que garantem o bom desempenho econômico, social e até mesmo cultural.

Desta forma a IES e as organizações deveriam caminhar em via de mão dupla, uma dando suporte e orientação à outra, na obtenção de um fluxo contínuo de troca de informações. Desta forma as IES se beneficiariam com a adequação de seu currículo as necessidades regionais e as organizações recebendo funcionários treinados e capacitados conforme a competências que o mercado exige.

Apesar dos benefícios desta união, algumas dificuldades e desafios acabam dificultando as relações entre as IES e o mercado de trabalho. Na opinião de Stainsack apud Lousada e Martins (2005), seriam os seguintes:

- a) Descrença do setor produtivo em relação à Universidade, na qual as Instituições de Ensino Superior são extremamente teóricas na solução de problemas relativamente práticos gerados na indústria; de outro lado, as Instituições de Ensino reclamam do imediatismo que as empresas reivindicam na solução de seus problemas;
- b) Falta de capital e investimento por parte das Universidades para geração de pesquisas científicas e tecnológicas que contribuam para o setor produtivo;
- c) As Universidades apresentam grade curricular incompatível com as necessidades do setor produtivo e do mercado.

Mais uma vez, o egresso representa o elo entre a IES e o mercado de trabalho. Ele conhece os procedimentos educacionais e a grade curricular da IES, bem como os procedimentos exigidos pelo mercado de trabalho, podendo contribuir com melhorias que atendam a demanda do mercado e ao mesmo tempo possibilitando a IES adequar sua grade curricular às necessidades regionais.

2.4. A relação com o exame de suficiência.

O exame de suficiência foi criado em 1999, por meio da Resolução CFC n.º 853/99, tendo sua primeira edição no ano 2000, na vigência da Lei 9.245/46, sendo muito criticado e combatido pelas características de sua criação por uma resolução do CFC. Durante algum tempo deixou de ser obrigatório e depois suspenso, até a edição recente da Lei 12.249/10, onde o CFC ficou responsável pela aplicação do exame.

O exame visa comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso técnico em contabilidade e de bacharelado em ciências contábeis, valorizar a profissão e os profissionais perante a sociedade e influir indiretamente na melhoria do ensino. Determina-se a aplicação do exame duas vezes por ano, em todo o Brasil, com data a ser estabelecida em edital, sendo uma edição a cada semestre. As provas deverão ter questões objetivas, de múltipla escolha, mas também poderão ser incluídas questões dissertativas, a critério do CFC, sendo aprovados os candidatos que acertarem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da prova.

Moraes (2005), explica que o fato de o exame de suficiência ter sido introduzido com o objetivo de verificar se os graduandos possuem competência para o exercício profissional nos leva a questionar se os conhecimentos repassados nas Instituições de Ensino Superior (IES), na visão do CFC, não estariam atendendo um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas ao Contabilista. Mais do que isso, coloca-se em dúvida se somente a competência dá garantias necessárias ao exercício da profissão, uma vez que, segundo vários autores, como, por exemplo, o professor José Carlos Marion, afirmam que o

ensino superior deve ser revestido de qualidades que possam despertar nos alunos a capacidade de desenvolver os conhecimentos obtidos através de pesquisas e reflexões de todo arcabouço teórico contábil.

No primeiro exame realizado após a edição da Lei 12.249/10 em março de 2011, os dados se revelam preocupantes, tendo a aprovação de apenas 30,86% dos graduados em contabilidade. No segundo exame tivemos um aumento deste percentual, passando para 58,23% e na terceira edição em 2012, tivemos uma aprovação de 47,19%. Estes números são retirados da internet após a apuração de todos os recursos.

Apesar da melhora observada, temos muito caminho a seguir e muito a melhorar. Será que nossas IES estão realizando um trabalho de acompanhamento de seus egressos junto ao exame de suficiência, temos dados referentes aos números de formandos e inscritos no exame? Sabemos qual o mercado de atuação deste egresso? Preparamos nossa grade curricular para atender estas necessidades locais?

3 Metodologia

O objetivo deste trabalho é fomentar a discussão sobre a relação entre o perfil do egresso e sua importância para a qualidade da gestão do ensino superior. No desenvolvimento do referencial teórico, será utilizada a pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela busca de toda bibliografia já existente, não reproduzindo o que foi escrito, mais sim realizar um novo exame do que já foi produzido.

4 Considerações Finais

Como podemos observar temos três fatores fundamentais a seguir na análise dos egressos. O primeiro relaciona-se com a legislação do ensino superior, determinando um acompanhamento destes egressos, impulsionando melhorias nos componentes curriculares, adequando-os ao mercado de trabalho.

O segundo diz respeito ao próprio mercado de trabalho, que em boa parte questiona a carga de conteúdo teórico passada aos alunos, segundo Girotto (2010), a escassez de profissionais para atender às exigências atuais da área contábil é uma realidade que vem sendo percebida nos últimos anos. Estão entre esses profissionais avaliados como escassos analistas ou coordenadores contábeis com inglês fluente, alia-se a este fato a convergência ao padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), não somente para atender as grandes empresas, mas também para as pequenas e médias empresas.

O terceiro retrata o comprometimento do aluno com a sua profissão, pois sem sucesso no exame de suficiência o mesmo não exercerá a sua atividade profissional. Conseguimos mensurar quantos egressos pararam a sua evolução profissional nesta etapa do processo?

De tudo o que relatamos, temos como base central os egressos, contribuindo para uma melhora acentuada nos processos educacionais, traçando novas metas e visão de futuro para as instituições de ensino. Porém, o que estamos fazendo de fato para aproveitar esta oportunidade? Nossas IES querem programar estas mudanças? Qual é o nosso cenário?

Portanto, este workshop tem a finalidade de levantar os esforços realizados pelas IES representadas no encontro para identificar seus egressos, buscando alternativas conjuntas para a elaboração de uma estatística regional, traçando alternativas e adequação de nossa grade curricular para atuar em conjunto com o mercado e os órgãos de registro profissional.

Referências

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em 06 ago. 2012.

- CARNEIRO**, Juarez Domingues (Org.). [et al.] Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2008.
- GIROTTO**, Maristela. Exame de Suficiência apresenta radiografia do ensino de Contabilidade no Brasil. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 189, p. 7-15, mai./jun. 2011.
- _____. O que o mercado atual espera dos profissionais contábeis. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 185, p. 13-25, set./out. 2010.
- LOUSADA**, Ana Cristina Zenha; **MARTINS**, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação: À gestão dos cursos de ciências contábeis. Revista Contabilidade & Finanças (USP), n. 37, p. 73-84, jan./abr. 2005.
- MICHELAN**, Luciano Sergio. [et al.]. Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades. 2009. Disponível em: http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio9/IX-1107.pdf . Acesso em 06 ago. 2012.
- MORAES**, Edson Franco de. O impacto das grades curriculares do curso de bacharelado em ciências contábeis no desempenho das instituições de ensino superior do estado da Paraíba no exame de suficiência no período de 2000 a 2004. 2005. Disponível em: http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/mest_dissert_064_Edson%20Franco%20de%20Moraes.pdf . Acesso em 06 ago. 2012.
- MORTHY**, Lauro (Org.). [et al.] Universidade em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- ORO**, Ieda Margarete. [et al.] Egressos em ciências contábeis: análise do desenvolvimento profissional sob o enfoque da teoria do capital humano. 2009. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/431.pdf> . Acesso em 06 ago. 2012.
- PENA**, Mônica Diniz Carneiro. Acompanhamento de egressos: análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. 2000. Disponível em: <http://www.joinville.ifsc.edu.br/~alexandra/Artigo%20Monica%20Diniz.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2012.
- POLIDORI**, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, sinaes, IDD, CPC, IGC e outros índices. Revista Avaliação. Campinas, v. 14, n. 2, p. 439-452, jul. 2009.
- SOBRINHO**, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao sinaes. RAES (Revista da Avaliação da Educação Superior). v.15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.